



**Governo do Estado de São Paulo  
Controladoria Geral do Estado  
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 009.00001837/2023-27

**Assunto:** Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Saúde

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de acesso a informações acerca da fila do Cross por leitos e por cirurgias no período de 2017 a 2023, por hospital, por especialidade, entre outros. Disponibilização de parte das informações. Provimento Parcial.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 307/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Saúde, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. O órgão demandado negou acesso à informação, indicando como referência o artigo 13, incisos II e III, do Decreto federal nº 7.724, de 16 maio de 2012, o qual dispõe que não serão atendidos pedidos que tenham caráter genérico, desproporcional e desarrazoado. Considerou, no caso em questão, haver dificuldade para compilar dados por ano, separar por unidade hospitalar, cidades, especialidades, bem como sexo, idade e raça, indicando não haver



um único documento ou base de dados que contenha todas as especificações incluídas no pedido. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.

3. Em análise do caso concreto, verifica-se que a solicitação objeto do presente recurso se configura como pedido de acesso à informação, abarcado pela Lei de Acesso à Informação.
4. Sobre a justificativa apresentada pelo órgão no pedido inicial, é oportuno lembrar que a simples alegação de pedido desproporcional não é suficiente para a negativa de acesso à informação, sendo necessária a demonstração de impacto significativo à atividade da unidade. Sendo assim, o órgão deveria demonstrar objetivamente a relação entre a dimensão do pedido e a sua inviabilidade operacional, conforme o inciso II do § 1º do artigo 11 da Lei nº 12.527/2011. Além disso, o órgão relata dificuldade em fornecer a informação com dados sobre sexo, idade e raça, separados por hospital, o que não foi objeto do pedido de acesso à informação em análise.
5. Durante a realização de diligências, o órgão disponibilizou as informações acerca da fila do Cross por leitos em psiquiatria em hospitais no Estado e também na região metropolitana, no período de 2020 a 2023, bem como forneceu os dados da fila do Cross por cirurgia e especialidade no Estado e na região metropolitana, no período de 2020 a 2022. Ademais, esclareceu que "a regulação de leitos pelo SIRESP refere-se somente a especialidade de psiquiatria" e, em relação aos anos de 2017 a 2019, informou que:

Quanto aos dados referente aos anos de 2017, 2018 e 2019, estão sob guarda da empresa Dousytem, solicitamos o levantamento da base de dados, e até o momento não foi possível o envio das informações, o chamado foi aberto com prioridade.

6. Ante o exposto, considerando que o órgão disponibilizou parcela da informação durante a instrução do presente, **julgo prejudicada a parte do recurso** relativa às informações dos anos de 2020 a 2023, **por perda parcial de objeto**, com fundamento no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011; **conheço do recurso** no que se refere aos anos de 2017 e 2019, e no mérito, **dou provimento parcial**, com fundamento no artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.



7. Com efeito, o órgão deverá disponibilizar, **no prazo de 20 (vinte) dias**, a planilha com os dados de 2017 a 2019, que se encontram custodiados por empresa privada, já solicitados e ainda não entregues, com fundamento no inciso III do artigo 7º da LAI, tarjando eventuais informações protegidas por hipótese legal de sigilo ou pessoais que possam desrespeitar a intimidade, vida privada, honra e imagem de pessoas, bem como liberdades e garantias individuais, nos termos dos artigos 22 e 31 da Lei nº 12.527/2011, respectivamente.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados.

São Paulo, 22 de setembro de 2023

**Valmir Gomes Dias**

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias**, **Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 22/09/2023, às 20:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site